

Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2015

Autoria: Comissão da Reforma Política do Senado Federal - 2015

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para prever que o afastamento cautelar de titulares de mandato eletivo só possa ser determinado por órgão colegiado judicial.

Explicação da Ementa:

Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para dispor que a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória. Dispõe que a autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual e que no caso de titular de mandato eletivo, o afastamento só poderá ser determinado por órgão colegiado judicial.

Assunto: Jurídico - Direitos e Garantias

Data de Leitura: 13/07/2015

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada pelo Plenário

Último local: -

Destino: À Câmara dos Deputados

Último estado: 04/08/2015 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Matérias Relacionadas:

Ato do Presidente do Senado Federal nº 12 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 430 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 440 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 441 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 442 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 464 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 473 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 474 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 476 de 2015

Projeto de Lei do Senado nº 477 de 2015

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 820 de 2015

TRAMITAÇÃO

21/11/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Ação:** À COARQ**04/08/2015** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Situação:** REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS**Ação:** Anexado Ofício SF nº 967, de 04/08/15, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 13 a 14).**21/07/2015** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Ação:** Anexado o texto revisado (fl. 12).**15/07/2015** SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Situação:** APROVADA**Ação:** Discussão encerrada.
Aprovado o projeto.
Aprovada a Redação Final (Parecer nº 461, de 2015- CDIR)
À Câmara dos Deputados.*Publicado no DSF Páginas 309-313***15/07/2015** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**Situação:** INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA**Ação:** Incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 15/7/2015.**14/07/2015** SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Situação:** AGENDADA PARA ORDEM DO DIA**Ação:** Lido e aprovado o Requerimento nº 820, de 2015, de iniciativa da Comissão de Reforma Política do Senado Federal, solicitando urgência para a matéria.
A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa de amanhã.*Publicado no DSF Páginas 354-355**Publicado no DSF Páginas 366**Publicado no DSF Páginas 348***14/07/2015** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**Ação:** Encaminhado ao Plenário.

TRAMITAÇÃO

14/07/2015 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Prazo para recebimento de emendas perante a Mesa: 15/07/2015 a 04/08/2015.

13/07/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A MESA

Ação: Encaminhado à publicação. (Apresentado como conclusão do Relatório parcial nº 9, de 2015, da Comissão Temporária de Reforma Política do Senado Federal - ATS 12/2015)
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa. (Art. 235, II, f, RISF)

Publicado no DSF Páginas 108

Publicado no DSF Páginas 101-102

Publicado no DSF Páginas 3-6 PUB Relatório Parcial nº 9/2015 Suplemento (nº D)

13/07/2015 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 07 (sete) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 475/2015

Data: 13/07/2015

Autor: Comissão da Reforma Política do Senado Federal - 2015

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para prever que o afastamento cautelar de titulares de mandato eletivo só possa ser determinado por órgão colegiado judicial.

Avulso inicial da matéria

Data: 13/07/2015

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação. (Apresentado como conclusão do Relatório parcial nº 9, de 2015, da Comissão Temporária de Reforma Política do Senado Federal - ATS 12/2015)
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa. (Art. 235, II, f, RISF)

Descrição/Ementa: Relatório parcial 9/2015

Avulso inicial da matéria

Data: 13/07/2015

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação. (Apresentado como conclusão do Relatório parcial nº 9, de 2015, da Comissão Temporária de Reforma Política do Senado Federal - ATS 12/2015)
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa. (Art. 235, II, f, RISF)

Descrição/Ementa: PLS 475/2015

Quadro Comparativo

DOCUMENTOS

Data: 14/07/2015

Autor: -

Local: null

Descrição/Ementa: Lei nº 8.429/1992 x PLS 475/2015

Redação Final de Plenário -

Data: 15/07/2015

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Discussão encerrada.
Aprovado o projeto.
Aprovada a Redação Final (Parecer nº 461, de 2015- CDIR)
À Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Parecer nº 461, de 2015

Autógrafo - PLS 475/2015

Data: 04/08/2015

Autor: -

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado Ofício SF nº 967, de 04/08/15, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 13 a 14).